

RESENHA

RÜPKE, Jörg. Religion in Republican Rome: Rationalization and Ritual Change. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012, 321p.

*Claudia Beltrão da Rosa**

Há quase quarenta anos, em sua aula inaugural no Collège de France,¹ Paul Veyne declarou que a história só existe em relação às questões que lhe colocamos, e se perguntou que questões fazer ao passado. Para ele, o ofício do historiador comporta dois aspectos: a erudição e a conceptualização. De um lado, a problemática; de outro, a lide com a documentação. Manejar os conceitos e as técnicas de pesquisa, escapando à facilidade superficial em que vivemos, permite-nos rever preconceitos sobre uma suposta “universalidade” das ideias e dos comportamentos. No Brasil, historiadores em geral aprenderam a “lição”, e é quase consensual a ideia de que é assim que se deve escrever a história, mas, no afã da conceptualização, afastaram-se cada vez mais da erudição. Para além das dificuldades trazidas por um “produtivismo” que grassa nos meios académicos, nefasto a qualquer pesquisa não importa em que área ou lugar, é cada vez maior a preocupação com modelos e teorias, e menos tempo é destinado ao tratamento cuidadoso da documentação. O estudo, o treinamento e a aplicação de métodos e técnicas de pesquisa são descuidados, e essa deficiência tem-se tornado gritante.

Para antiquistas em geral, esse desequilíbrio do binômio *problemática/erudição* suscita reservas. Como lidar com a documentação e problematizá-

* Professora associada de História Antiga da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

-la, se não se é capaz de verificar os dados ou não se é capaz de abstrair ideias e conceitos a partir de documentos? Um trabalho impreciso, ou feito de segunda mão, a partir das conclusões de outros historiadores, não leva a nada senão a um impasse, pois, mesmo com excelentes conceitos, os resultados são poucos – e questionáveis – ao simplesmente se reinterpretar a interpretação de outros. A construção do conhecimento em História Antiga requer que lancemos mão de vários recursos da erudição, de um sólido conhecimento da documentação, *antes* que possa ser formulado um novo questionamento, uma nova problemática.

O novo livro de Jörg Rüpke (Max Weber Kolleg – Universität Erfurt), um dos maiores especialistas em religião romana, pode ser lido como um exemplo do equilíbrio entre conceptualização e erudição. **Religion in Republican Rome: Rationalization and Ritual Change**, publicado no primeiro semestre de 2012 - novo título da série *Empire and After*, editada por Clifford Ando, outro nome de destaque nos estudos de religião romana –, é fruto de anos de lide com *corpora* documentais complexos e de um grande esforço de conceptualização, baseados no diálogo e no debate constante com outros especialistas e estudiosos da religião e da história romana no tradicionalmente chamado “período republicano”.

O livro reúne diversos estudos do autor, publicados em artigos entre 2001 e 2012, dentre os quais algumas referências para o estudo da religião romana como: “Triumphator and Ancestor Rituals Between Symbolic Anthropology and Magic (*Numen*, 53, 2006), “Rationalizing Religious Practices: The Pontifical Calendar and the Law” (na coletânea organizada por Olga Couperus, **Law and Religion in the Roman Republic**, Mnemosyne Suppl, 336, 2011), “Religion in the *Lex Ursonensis*”, estudo que recebeu duas versões, a primeira nas atas do congresso **The Impact of Imperial Rome on Religions, Ritual and Religious Life in the Roman Empire**, 5th Workshop of the International Network Impact of Empire, editadas por L. de Bois, P. Funke e J. Hahn pela Brill, 2006, e a segunda na coletânea editada por Rüpke e Ando, **Religion and Law in Classical and Christian Rome**, Steiner, 2006, e “Varro tria genera theologiae: Religious Thinking and the Late Republic” (*Ordia Prima*, 4, 2005). Tais estudos foram reelaborados a partir de um esforço de síntese centrado na ideia expressa nas primeiras frases da obra, a qual também indica seu recorte temporal:

A religião romana, como a conhecemos, é em grande parte o produto da República média e tardia, do período compreendido entre a vitória de Roma sobre seus aliados latinos em 338 a.C. e a tentativa dos povos itálicos, na Guerra Social, de estancar a dominação romana, resultando na vitória de Roma sobre toda a Itália em 89 a.C. Impelida pelas próprias mudanças na estrutura e na natureza da aristocracia romana, a religião romana consolidou, canalizou e delimitou tais mudanças.

O livro em observação não é uma obra para principiantes : para uma iniciação à religião romana, Rüpke publicou um excelente manual (que exige, contudo, conhecimentos prévios em história e literatura romana), intitulado **Religion of the Romans**, em 2007, pela Polity Press (Cambridge). Em **Religion of the Republican Rome**, o autor cruza informações e conclusões de seus estudos de quase duas décadas, visando à análise de que denomina *racionalização*, definida como um processo de abstração de regras e princípios da prática, que se torna objeto de um discurso especializado, codificado e rigorosamente elaborado, com regras de argumentação, espaços específicos e instituições que guiam a conduta político-religiosa e as inovações nessas práticas. Nas palavras do autor: *racionalização é a sistematização da prática* (p. 3). Vemos, aqui, uma releitura do conceito weberiano de *racionalização*, que o autor realiza com visível cautela, pois os pressupostos weberianos no campo da religião não são mais aceitos sem críticas. Expurgadas cuidadosamente as premissas monoteístas que fundamentavam o pensamento de Weber, Rüpke torna seu modelo interpretativo útil – como devem ser os modelos interpretativos, que não são bons nem ruins *a priori* – para a análise que realiza, operada em dois movimentos: a análise do que chama *racionalização instrumental*, seguida da *racionalização teórica* da religião romana.

Tal modelo permite ao autor não apenas analisar comparativamente mudanças ocorridas entre fins do século IV e meados do século I a.C., mas – e especialmente – permite-lhe concentrar a atenção do leitor nas conexões e diferenças entre distintas mudanças institucionais e culturais, e os grupos que as promoveram.

O livro é dividido em três partes, após um capítulo inicial no qual o pano de fundo da religião romana arcaica é delineado. Nesse primeiro capítulo, em que os dados do registro arqueológico são o destaque, discute-se também o

problema da pertinência da utilização da documentação textual (tardia) para o estudo da religião romana na chamada “República arcaica”. A primeira parte, com quatro capítulos, tem como foco os ritos públicos, especialmente as inovações no triunfo, nas procissões, nos jogos circenses e nos jogos cênicos, delimitando as “arenas da comunicação”, suas *performances*, seus atores e suas audiências, como o autor os apresenta. Neles se delineia uma incipiente sistematização das práticas religiosas – interpretadas por Rüpke como um processo de racionalização das mesmas – no quadro da expansão territorial e imperial no Mediterrâneo e das mudanças institucionais e das interações culturais na *urbs*, especialmente com cidades helenísticas, no “longo século III a.C.”, ou seja, de fins do século IV ao início do século II a.C.

A segunda parte traz também quatro capítulos, e é dedicada ao primeiro aspecto do tema central do livro: a *racionalização instrumental* da linguagem do ritual, observando-se o estabelecimento de regras na República média, o incremento da escrita e a sistematização das práticas e instituições em leis, calendários, e a competição aristocrática visando à posse e ao uso desses elementos. O desenvolvimento dos *fasti* como um discurso coerente e rigoroso sobre o tempo social e religioso, o surgimento da história escrita em Roma promovendo uma reflexão de um novo tipo sobre a religião e, por fim, a tentativa de se estabelecer o lugar da religião numa *colonia*, por meio da *lex Ursonensis*, são temas de destaque.

A terceira, com três capítulos, traz o tema da *racionalização teórica* da religião romana pelo viés da análise de novos gêneros teóricos, o anti-quarianismo e a filosofia, com ênfase no delineamento dos instrumentos analíticos dessa literatura especializada, passando à análise de fragmentos de dois escritores, Ênio e Varrão, como importantes índices da mudança religiosa. Por fim, um capítulo sobre o tratamento filosófico da religião romana por Cícero encerra essa parte, seguido de um capítulo final que sintetiza as conclusões das seções anteriores, inter-relacionando mudança cultural e interações culturais, no qual expansão e recepção, consolidação de novas elites e a construção de novas *imagines mundi* são temas revisitados, apontando a centralidade da *religio romana* como indicador da mudança histórica.

Operando com conceitos-chave como *mudança cultural* e *comunicação política*, Rüpke lança mão de uma grande variedade de documentos – apesar de certa predominância da documentação textual, mesmo quando fragmentária –, destacando aqueles que apoiam sua ideia de que o desenvol-

vimento e a sistematização das práticas religiosas, sua captura pelos *media* religiosos da comunicação política das elites romanas, sua teorização e a paulatina institucionalização da produção do conhecimento legal, literário e filosófico, foram protagonistas do processo de mudança cultural na cidade tornada *caput mundi*. Para sistematizar seus dados, o autor busca identificar os contextos de produção e de *performance* de sua vasta documentação a partir das conclusões de diversos estudos anteriores e de uma bibliografia ampla e atualizada, em que pese a preocupação com as recentes revisões e releituras que estudiosos da tradicionalmente chamada Roma “republicana” vêm promovendo e a consolidação e amadurecimento dos estudos de religião romana como área de estudos por direito próprio - em países europeus e nos EUA, pois no Brasil, pesquisas sobre a religião romana ainda são raras, bem como o interesse da maior parte dos antiquistas está voltado para o chamado “período imperial”.

Como dissemos, não se trata de uma obra para principiantes, mas uma sistematização – ou *racionalização* – de estudos desenvolvidos por um historiador que sabe aliar a erudição necessária ao tratamento rigoroso de uma documentação vasta e variada, o diálogo interdisciplinar, conceitos operatórios bem ajustados aos seus fins e um modelo interpretativo sólido e surpreendentemente atual, possibilitando a construção de uma problemática que lhe permitiu escapar às interpretações “teleológicas” e aos “leitos de Procusto” causados pela “miragem” do *imperium romanum*, que dificultam – ou mesmo impedem – o estudo da Roma “republicana”.

Notas

¹ A aula inaugural citada foi publicada em 1983, no Brasil, pela Editora Brasiliense, sob o título “O inventário das diferenças”.